Políticas de energia

A problemática da energia pode muito provavelmente qualificar-se no tempo, se a repartirmos (em curto, médio ou longo prazo) pelas três fases seguintes: de 1975 a 1985; de 1985 a 1995 e depois de 1995.

Com efeito, em cada uma dessas fases, pela intensidade das situações criadas e pelas soluções esperadas, podem caracterizar-se distintamente perspectivas mundiais generalizadas.

Naquele primeiro decénio, as circunstâncias não se virão a desviar muito do processo evolutivo a que estamos a assistir desde que eclodiu, por forma espectacular, a chamada crise da energia. Temos por certas as deficiências e instabilidade nos mercados de combustíveis (sólidos, líquidos ou gasosos) com perturbante hipertrofia de preços praticados em relação às fontes clássicas de energia de base.

Enquanto é tempo, todo o Mundo porfiará por melhores condições comerciais e estratégicas em relação a combustíveis fósseis. Cada país se lançará por pesquisas e ensaios, na ânsia de reconhecer e ampliar reservas próprias. Entretanto, a inflação dos preços de origem proporciona novas explorações e cometimentos, economicamente inacessíveis em conjunturas diferentes. Os avanços tecnológicos, nos rendimentos e nas aplicações energéticas, virão ainda, no decurso dessa fase, a ajudar a ultrapassagem dos inevitáveis solavancos circunstanciais.

A problemática da poluição ambiental virá a desenvolver-se em cadeia (nos anos perturbados que se

seguem) nomeadamente, por efeito dos efluentes térmicos e dos gases libertados, com os anidridos sulfurosos e os óxidos de azoto no primeiro plano da contaminação atmosférica. A combustão dos fósseis (com destaque para os produtos do petróleo) é, com efeito, responsável por especial afectação do ambiente a tais poluições gasosas.

A perturbação ecológica por efeito das influências térmicas da produção de energia em cursos de água que levam o esgoto das centrais e, bem assim, as emissões de partículas sólidas, quase atomizadas, que pulverizam o ar respirável são processos (em evolução progressiva) que lembram as dificuldades que pesam desde já na vivência social e, por certo, virão a intensificar-se, no futuro, por efeito das exigências sempre crescente do consumo de energia, requeridas pela civilização actual.

Indubitavelmente, durante o próximo decénio, se se mantiverem ou melhorarem os actuais níveis de vida, a humanidade terá de contar com acréscimos permanentes dos consumos, pelo menos, porque a população mundial aumenta e, conseqüentemente, a necessidade correlativa de aplicação de maiores disponibilidades de energia para extrair alimentos e matérias-primas, transformá-los e distribuí-los.

Tenhamos fundamentada esperança, todavia, de que — no decorrer da primeira fase — se nos fixarmos pela média global do que se virá a passar em toda a Terra, as perturbações económicas e monetárias virão

a tender para se ajustar a novas circunstâncias de equilíbrio, em condições de sobrevivência sem grandes re-
cuos ou solavancos espectaculares.

Intensificação de pesquisa e de exploração de novas reservas de fontes básicas de energia e poupança das reconhecidas, quando periodicamente irrecuperáveis; melhoria dos rendimentos da transformação energética, com vista a economia de gás natural e de petróleos e a aplicação intensiva e generalizada de outros combustíveis de substituição; promoção fortemente impulsionadora de produções térmicas de electricidade a partir de centrais nucleares e evolução paralela dos meios de defesa das poluições correlativas... É este o enquadramento que, nos dez anos considerados, focará alguns dos aspectos salientes das preocupações gerais e por ele decorrerá o desejado equilíbrio das exigências sociais, ambientais e económicas.

O que se passará no decénio seguinte (segunda fase) terá necessariamente de corresponder a espectacular evolução tecnológica, adequada à adaptação das sociedades humanas e novas condições e limitações no âmbito dos problemas energéticos. Mas, simultaneamente, a investigação teórica e aplicada, dirigida intensamente para o aproveitamento de novas fontes de energia disponível, abrirá o caminho à permanência das civilizações contemporâneas e ao seu progresso; perspectivas, de certo modo optimistas, que são desejáveis para os séculos vindouros.

A última fase (longo prazo) compreenderá pois, em relação ao presente, o condicionamento que resulta da multiplicação previsível das exigências globais do consumo de energia, por factores positivos (agora indefinidos) mas inevitavelmente mais influentes do que poderia vaticinar-se e ocorrer das conjecturas do presente.

No decurso do próximo século, portanto, entrarão necessariamente em plena evolução aquela ou aquelas opções que conduzirão a humanidade para a capacidade quase infinita do abastecimento, após o domínio, a aplicação e a expansão de novas fontes de energia (inesgotáveis ou periodicamente recuperáveis) que estão ao alcance potencial dos homens, porque encontram, envolvem e animam a Terra.

•

A posição portuguesa, neste campo, não parece que deva ser muito diferente do que se observará, em média, nas diversas regiões do Mundo.

Por ora, a política nacional energética contorna-se obviamente, pelo âmbito que corresponde à primeira das fases atrás consideradas. O que virá para diante pertence a futuro demasiado longínquo e respeita essencialmente a acções coordenadas e impulsionadas pelo grande mundo investigador.

Um grupo de preocupações dominantes, portanto, caracteriza adequadamente aquela política.

Na actividade energética, para que o País possa ultrapassar as exigências e os solavancos que, sem dificuldade, se perspectivam para a generalidade das regiões, entende-se como condição imperiosa que, em quanto depender da planificação e das realizações nacionais, os cometimentos energéticos sejam intransigentemente pontuais e suficientes, em obras e resultados.

As novas centrais e ampliações, hidráulicas e térmicas (incluindo os programas afectos à produção por via nuclear) e a expansão necessária da rede eléctrica nacional terão de iniciar as suas explorações no tempo planificado. Os investimentos correlativos focam, necessariamente, a primeira prioridade nas fases que decorrem do fomento económico de base.

Com vista aos perturbantes condicionalismos vividos, com persistência, no mercado dos petróleos e à poupança, que a situação de subdesenvolvimento nos impõe, outra faceta primordial da política energética consiste na dinamização (tão desagradável como necessária) de eficaz e generalizada economia de energia e de combustíveis.

Esta intervenção terá de seguir sentido global e coordenado. Abrange o petróleo, os gases de importação, a energia eléctrica.

As poupanças terão de ser seleccionadas entre as que determinem menor influência na expansão necessária da economia social. Terão de ser, talvez, infelizmente aparatosas, se forem eficazes, e deverão abranger os consumos que se afastem, tanto quanto possível, das estruturas basilares na produção e serviços de interesse nacional.

Impõe-se, neste campo, uma ampla campanha de sensibilização colectiva, requisito indispensável para aceitação desejável e compreensão eficaz por parte do público consumidor.

Dois opções podem abrir-se, à intervenção do Estado: restrições administrativas de certos consumos energéticos (combustíveis e electricidade); fixação de tarifas de consumos, segundo política de preços inspirada por objectivos discriminatórios da poupança de energia.

Preferimos, entre as duas, a predominância da segunda dessas opções. Afigura-se-nos que, por via de limitações administrativas, o poder público toma para si o difícil e antipático papel de fiscalizar; mas, sobretudo, sujeita-se às inconveniências de eleger e decretar as selecções necessárias, sempre discutidas e frequentemente sujeitas a desvios e reacções irreprimíveis por parte dos utentes, quando se sentem legalmente limitados na sua liberdade de consumir.

Pensamos que a economia de combustível e de alguns consumos de energia eléctrica constitui, desde já, razão de necessidade nacional; primeiro, pelo que determina e ocorre, com gravidade, em relação à nossa balança de pagamentos; depois, porque — no futuro — terão de evitar-se males maiores, acarretados, no plano interno, por presumíveis carências da nossa resposta às progressivas exigências dos consumos de maior projecção no interesse nacional.

Intencional e precavida política de preços, aplicável a combustíveis (líquidos ou gasosos) e às tarifas de energia eléctrica, pode ser concretizada para a poupança de alguns consumos economicamente irreprodutíveis. Poderá permitir, em boa medida, estabilizar os encargos de energia em pontos sensíveis da produção agrícola, industrial e dos transportes de interesse social.

Este tema, que supomos de palpitante actualidade, exige prudente reflexão e abre-nos o caminho a decisões e acção que a realidade conforma.

F. do A.